

EM ORDEM À VALIDAÇÃO OFICIAL DA DEMONSTRAÇÃO MATEMÁTICA IRREFUTÁVEL DO «ÚLTIMO TEOREMA DE FERMAT» APRESENTADA HÁ QUARENTA ANOS POR UM CIDADÃO PORTUGUÊS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,
EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS E DEPUTADAS:

CARLOS CORREIA DE MATOS,
economista, advogado e revisor oficial de contas, titular do cartão de cidadão n.º, com domicílio em Viana do Castelo, de endereços abaixo indicados, tem a honra de apresentar a Vossas Excelências, em harmonia com a Constituição e a lei, a seguinte

PETIÇÃO

— EM ORDEM A QUE O ESTADO PORTUGUÊS PONHA RESOLUTAMENTE TERMO AO DESCRÉDITO CIENTÍFICO DAS INSTITUIÇÕES ACADÉMICAS DOMÉSTICAS QUE INJUSTIFICAVELMENTE SE ESCUSAM A VALIDAR A PROVA MATEMÁTICA IRREFUTÁVEL DO «ÚLTIMO TEOREMA DE FERMAT» APRESENTADA HÁ QUARENTA ANOS POR UM INVESTIGADOR NACIONAL

Exposição de motivos

1. Em boa verdade, o essencial do presente peticionado foi já objecto duma iniciativa parlamentar há trinta e seis anos: o Requerimento n.º 1331/III (1.ª), de 7 de Fevereiro de 1984, do senhor Deputado Magalhães Mota, da ASDI, que, por mim sensibilizado epistolarmente para este caso pessoal de quem pensava e «pensa ter conseguido um feito científico que, no entanto, não é reconhecido nem refutado pelas universidades portuguesas», requereu ao Governo, «pelo Ministério da Educação, que [o] inform(asse) acerca das condições em que as universidades portuguesas ou outras instituições possam e devam pronunciar-se sobre casos desta natureza» (Doc. A).

2. Não sei se o Governo chegou a responder, pois nunca obtive qualquer resposta a esse meu pedido... tal como, vinte e oito anos depois, em Fevereiro de 2012, nenhuma resposta — ainda e sempre o mesmo silêncio pitagórico — receberia do economista e matemático então ministro da Educação e Ciência à exposição que lhe enviei sobre o assunto (Doc. B).

3. O caso tinha despontado cerca de quatro anos antes, quando, em 1 de Abril de 1980 — ou seja: há quase 40 anos —, dirigi ao Instituto Henri Poincaré, em Paris, uma carta (Doc. C) tornando pública a minha demonstração do Grande, ou Último, Teorema de Fermat... que logo seria extraviada e, mesmo após reposição, donde não mais teria notícias. A falta de resposta, o ostensivo desinteresse, da parte das instituições académicas e, também, particularmente, dos catedráticos especialistas, nacionais e estrangeiros, a quem vim solicitando a apreciação deste meu trabalho matemático ao longo das quatro últimas décadas é, aliás, a nota dominante da até agora inglória luta que travo, isolado, contra o establishment transatlântico pontificante no campo universitário da Teoria dos Números.

4. É, justamente, o mais recente episódio desta aberrante fuga em série às responsabilidades académico-científicas institucionais e pessoais à escala global com repercussão notória na esfera pátria que motiva a minha presente iniciativa: a desconsideração protagonizada, ex novo, pela Academia das Ciências de Lisboa à minha judiciosa interpelação. Na realidade, eu já tinha contactado a Academia duas vezes — a primeira, em Março de 1986, através dum convite para que se fizesse representar na sessão pública de demonstração do Teorema que decidi realizar na sede da então Associação Portuguesa de Economistas, em Lisboa (Doc. D), e a segunda, em Outubro de 1993, por meio do anúncio personalizado da minha oferta pública do prémio monetário de 1000 contos a quem «demonstre validamente a invalidade da demonstração que realizei da Conjectura de Fermat, digo: do

Teorema de Fermat-Matos» (Doc. E) — sem obter resposta alguma, mas acreditei, apesar de tudo, que desta vez seria diferente.

5. Senti, de facto, essa esperança, principalmente porque agora pude formatar a missiva — uma extensa representação dirigida aos senhores Presidente e seis outros distintos Académicos em 10 de Setembro último, incluindo 44 documentos anexos: Doc. F — de modo a que a resenha circunstanciada introdutória deste meu tão atribulado combate pela verdade científica culminasse na prova documental — um argumento incontornável — de, entretanto, já ter obtido duas apreciações muito favoráveis ao meu trabalho, ambas no estrangeiro: a primeira, em Dezembro de 2015, dum matemático italiano, professor na Universidade de Bolonha (Doc. G), e a segunda, em Outubro de 2017, dum docente da Universidade de Denver, norte-americano, director de investigação da Fundação Nacional para a Ciência e membro do Conselho Nacional dos Professores de Matemática dos Estados Unidos (Doc.H).

6. E, sobretudo, esperava uma resposta célere, pois, finalmente, deixei-me por completo de contemplanções para com o preconceito instalado e, a concluir (na página 19), resumi o fundamental da minha demonstração — já de si cingida a um espaço invulgarmente exíguo: uma página A4 — à sua expressão mais simples: uma linha de texto em linguagem simbólica básica. Assim, decidir competentemente se esta minha prova matemática está certa ou está errada tornou-se numa questão a resolver em poucos minutos, não mais de meia hora.

7. Afinal, enganei-me redondamente. Não me foi acusada pela Academia a recepção do meu expediente, nem mesmo depois de o ter pedido formalmente ao Secretariado Académico e da Presidência; achei então melhor pedir uma explicação aos dois Académicos principais responsáveis pela instituição cultural em causa (Doc. I), e, nesse mesmo dia, 25 de Outubro, respondeu-me o senhor Presidente (Doc. J), a informar que tinha logo solicitado um parecer interno, devendo estar pronto «no final de 2019», com base no qual me daria «uma resposta justificada». Que não me deu. E — diz-mo a minha longeva experiência nesta inditosa senda —, se em vinte semanas, a completar amanhã, não foi conseguido um “parecer” de examinador que qualquer cientista do ramo da Matemática em questão pode elaborar, mentalmente, em vinte minutos, é, decididamente, porque esse parecer jamais surgirá: é porque, em suma, este, derradeiro, foi mais um caso perdido.

Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Excelentíssimos:

O mais desmoralizador, para mim, desta história de insucesso pessoal que admito pareça incrível é, actualmente, a convicção que formei, pelo que refiro acima, de que, se eu fosse cidadão italiano ou norte-americano, há muito tempo, ainda no século passado, certamente, que as autoridades competentes do meu país teriam providenciado por que o meu feito científico arqui-notável — a resolução categórica dum problema matemático que durava então havia vários séculos — fosse devidamente reconhecido nacional e internacionalmente.

Considero, na verdade, absolutamente inadmissível, indignificante, que o Governo português, o ministro da Educação e Ciência português, a Academia das Ciências portuguesa, mormente, se demitam, em reincidência, ao longo de décadas, da sua missão de intransigente defesa dos valores pátrios, do dever de reconhecimento público, sempre, da valia dos seus compatriotas, numa aparente subserviência para com interesses corporativos de matriz sobremodo merceológica alienígenas.

Venho, por consequência, peticionar a todos e a cada um(a) de Vossas Excelências — à Assembleia Parlamentar da República Portuguesa, na sua real dimensão — que, soberana-mente, diligenciem em ordem a que uma instituição científico-matemática nacional oficialmente designada nomeie um representante autorizado para, em local público e em data próxima a marcar, debater comigo e, a final, eventualmente, validar formalmente a minha demonstração em uma página do célebre Grande Teorema de Fermat que venho divulgando, por todo o Mundo, desde o dia 1 de Abril de 1980.

Viana do Castelo/Lisboa (via e-mail), 30 de Janeiro de 2020

O Peticionante,

Carlos C. de Matos

Subscritor(es)

CARLOS CORREIA DE MATOS